

zem os requisitos expressos no artigo 25.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, porquanto a sua acção contribuiu significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento o disposto nos artigos 25.º, 26.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha da defesa nacional, de 3.ª classe, ao sargento-mor João Enes das Eiras.

16 de Agosto de 2010. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

203640726

#### Portaria n.º 649/2010

Atento o louvor concedido pelo inspector-geral da Defesa Nacional, em 8 de Junho de 2010, ao coronel de artilharia, NIM 08055776, José Álvaro Raposo Brito da Silva, considero que o seu desempenho nas funções de inspector-coordenador e de chefe de equipa multidisciplinar na Inspeção-Geral da Defesa Nacional satisfazem os requisitos expressos no artigo 25.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, porquanto a sua acção contribuiu significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento o disposto nos artigos 25.º e 26.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha da defesa nacional, de 1.ª classe, ao coronel de artilharia José Álvaro Raposo Brito da Silva.

18 de Agosto de 2010. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

203640523

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 13921/2010

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 78/2007, de 27 de Março, e da Portaria n.º 1113/2007, de 19 de Dezembro, e por proposta do respectivo director-geral, nomeio para exercer funções como consultora na Direcção-Geral de Administração Interna (DGAI), em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Rita Baptista da Silva Penedo, a quem respeita a nota biográfica anexa ao presente despacho, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2010.

19 de Agosto de 2010. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

#### Nota curricular

##### I — Dados pessoais:

Nome: Rita Baptista da Silva Penedo;  
Data de nascimento: 11 de Dezembro de 1975.

##### II — Habilitações académicas:

Pós-graduação em Crime, Violência e Segurança Interna pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2003-2004);

Licenciatura em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa (ISCTE) (2001).

##### III — Experiência profissional:

Desde 2010, colabora com o Observatório do Tráfico de Seres Humanos do Ministério da Administração Interna na Unidade de Produção de Informação ao nível do seu sistema de monitorização para o tráfico de pessoas, tendo sido responsável pela elaboração do Relatório Estatístico 2009 sobre tráfico de pessoas. Desempenhou ainda a função de co-autora e formadora na acção de formação sobre Tráfico de Seres Humanos dirigida aos inspectores da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT);

Entre 2008-2009, foi *Project Officer* do International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) junto da Direcção-Geral de

Administração Interna no projecto transnacional Trafficking in Human Beings, Data Collection and Harmonised Information Management Systems — DCIM EU (Tráfico de Seres Humanos, Sistemas de Recolha de Dados e Gestão de Informações Harmonizadas — DCIM EU), co-financiado pela Direcção-Geral da Justiça, da Liberdade e da Segurança da Comissão Europeia, com responsabilidades no desenho e implementação das bases de dados para monitorização do tráfico de seres humanos a nível nacional e europeu;

Em 2008, foi convidada do Departamento de Estado norte-americano para integrar o International Visitor Leadership Programme na área do «Combate on Trafficking in Human Beings»;

Entre 2008 e 2007, foi técnica superior de 1.º escalão e posteriormente chefe de projecto no projecto CAIM 3 (Cooperação, Acção, Investigação, Mundivisão), projecto-piloto na área da prostituição e tráfico de mulheres em Portugal, financiado pela iniciativa comunitária EQUA, no qual foi responsável pela formação e articulação com os órgãos de polícia criminal ao nível da recolha de dados sobre tráfico de pessoas;

Entre 2001 e 2006, foi bolsista em projectos de investigação científica no Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS) e Centro de Investigação e Estudo de Sociologia (CIES/ISCTE);

Entre 2010 e 2003, foi oradora convidada, a nível nacional e internacional, em vários fóruns relacionados com a temática da criminalidade, nomeadamente no seminário Enhancement of Anti-Trafficking Responses in South Eastern Europe: Data Collection and Information Management — Phase II Data Processing, Maintenance and Analysis (Croácia), no Segundo Encontro sobre Tráfico de Seres Humanos, Organização das Nações Unidas e Encontro do Projecto EU-SEC II — Coordinating National Research Programmes and Policies on Security at Major Events, com a comunicação «Human Trafficking Information Management System (as 'tactical' product/tool)» (Viena), Conferência Headway — Improving Social Intervention Systems for Victims of Trafficking (Itália). Participação no grupo de trabalho Tráfico de Pessoas e Imigração Ilegal, no seminário luso-brasileiro sobre o «Tráfico de pessoas e imigração ilegal» (Portugal).

É autora e co-autora de artigos sobre criminalidade, publicados a nível nacional e internacional, assinaladamente dos artigos «Novo modelo para o conhecimento em Tráfico de Seres Humanos — A próxima etapa na recolha, análise de dados e troca de informação sobre tráfico de seres humanos» in *Colectânea Tráfico Desumano*, Cadernos da Administração Interna, Ministério da Administração Interna, co-autoria (no prelo), Relatório Final «Understanding and challenging the Domestic Violence phenomena within EU countries — Towards the development of an European consciousness», para a European Crime Prevention Network (co-autoria).

203639066

### Autoridade Nacional de Protecção Civil

#### Despacho n.º 13922/2010

#### Alteração ao Despacho n.º 9390/2007, de 1 de Abril

#### Unidades orgânicas flexíveis da Autoridade Nacional de Protecção Civil

Através do Despacho n.º 9390/2007, de 1 de Abril, do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de Maio, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 9367/2008, de 11 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 1 de Abril, n.º 19714/2008, de 15 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 24 de Julho e n.º 11976/2009, de 12 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 96, de 19 de Maio, foram definidas as unidades orgânicas flexíveis da ANPC, bem como as correspondentes atribuições e competências.

O planeamento estratégico para o triénio 2010-2013 determina a necessidade de reformulação de algumas atribuições e competências previstas no supra-referido despacho e, conseqüentemente, impõe a reestruturação de algumas unidades orgânicas flexíveis, com vista a melhorar a eficiência da ANPC, em especial, no que concerne a redução de custos e a ganhos de produtividade e qualidade nos serviços prestados.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, e do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, atento o dis-